

Publicações Científicas Eletrônicas no Brasil

Electronic Scientific Publications in Brazil

A mudança da forma de publicações científicas em papel para a publicação em suporte eletrônico é atualmente um fato de mais alta relevância ao qual vamos todos nos ajustando. Na realidade a transformação da publicação impressa para a eletrônica está tendo um crescimento exponencial, o que aliás já ocorreu com outros aspectos da informação científica como mostraram, há cerca de 30 anos, Price (Little Science Big Science, 1965) e Lukasiewicz (The Explosion of Ignorance, Trans N.Y Acad Sci 1972). Esse crescimento é tal que de poucas dezenas de periódicos eletrônicos em 1991 atingiu-se quase 3500 títulos em 1997 (Revista Brasileira de Pós-graduação, CAPES 2004) e o ritmo acelerado certamente continua.

Neste panorama já bastante definido das tendências atuais da publicação científica, foi extremamente oportuna a realização do III Workshop de Editores Científicos promovido pela Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) em setembro último. Tendo apresentado uma boa cobertura do cenário editorial brasileiro, a sua temática central explorou um dos mais relevantes aspectos que os periódicos nacionais precisam começar a resolver, qual seja, a publicação digital.

Ali pôde-se verificar claramente que, embora a grande maioria dos periódicos nacionais seja editada em forma impressa, vários deles já caminham para a modalidade digital. Nesta transição, de fato, alguns tem iniciado a forma mista, impressa e eletrônica, ou apenas em Cd-rom, parece que com bom resultado. Há mesmo periódicos inteiramente digitalizados, com uma experiência muito positiva, conforme seus editores.

Por outro lado, iniciativas como a da SciELO, que já disponibiliza em versão eletrônica todas as Revistas nela indexadas, bem como seu projeto de apoio a sua digitalização completa vêm certamente reforçando a tendência. Aliás, já é do conhecimento de todos que também o CNPq iniciou recentemente um programa de apoio à publicação eletrônica de periódicos. Igualmente o empenho do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia) como indutor e facilitador da digitalização de revistas científicas segue no mesmo sentido.

Portanto, no Brasil, este parece ser um movimento também irreversível da parte dos órgãos que fomentam a divulgação científica.

Por outro lado é notório que, na sua maioria, os periódicos brasileiros ainda são editados em forma exclusivamente impressa e ademais parece haver uma resistência, entre os leitores, quanto à aceitação da publicação eletrônica, não só na comunidade científica mas em outras áreas acadêmicas. Observa-se, em avaliações informais, que todos se dispõem a acessar eletronicamente os artigos de seu interesse, mas quando se lhes pergunta qual a forma de publicação que preferem, a resposta muitas vezes, é a forma impressa (ou eletrônica desde que mantida também a impressa). Por quê? Embora haja facilidades com a possibilidade de se fazerem pesquisas bibliográficas em casa e de acessar os textos a qualquer dia e a qualquer hora, (embora nem sempre em qualquer lugar, devido a problemas de disponibilidade de computadores) a nosso ver há muitos motivos para a contradição. O primeiro é o hábito secular da literatura impressa em papel que ainda sofre de uma grande inércia, certamente originária da comodidade da posse completa do texto, no sentido de conduzi-lo consigo próprio, de manuseá-lo em variadas oportunidades e lugares, de conforto para a leitura, de sentimento da segurança de não perde-lo fisicamente, entre outros. O interessante é que os leitores de periódicos científicos já têm uma longa história de utilização de algum meio eletrônico - digamos, *sensu lato* - visto que, pelo menos nas quatro últimas décadas, se habituaram à leitura de textos xerocopiados (portanto usando indiretamente meios eletrônicos) de artigos. Há, na realidade, um misto dos dois processos. Assim, ao não se desligarem da palavra escrita em papel as revistas impressas ainda tem grande aceitação. É voz muito freqüente, a declaração de que há um receio de perda ou extravio de um documento quando ele é apenas eletrônico (é como se o virtual não fosse também real). Para alguns parece ser necessária a existência de uma biblioteca nos moldes clássicos ou de um objeto fisicamente palpável, manipulável, até com odor, para dar a garantia de uma presença indestrutível. Não duvido que o apelo estético e gráfico de uma revista em papel seja um motivo muito forte para sua aceitação.

Mas este é apenas um lado da questão. Há outras considerações que se pode fazer quanto à editoração eletrônica. De fato, o que se realçou naquela reunião foi a possibilidade de agilização na difusão dos periódicos

científicos, além do que isto reduzirá custos. A experiência de alguns editores e a elaboração de planilhas de custos da produção eletrônica realmente mostram isso.

Todavia no que tange a uma maior agilização ainda resta, a nosso ver, um importante ponto de estrangulamento. Trata-se do fluxo editorial da produção de um artigo, isto é, da transformação de um manuscrito submetido até sua aceitação. O intercâmbio entre os editores, os revisores *ad hoc* e os autores, para que cada artigo obtenha a qualidade necessária para publicação, usualmente é complexo. Há revisores que muito se demoram nas respostas e autores que também retardam o atendimento às exigências; há pareceres sobre o mesmo manuscrito, que não são compatíveis entre si etc. Assim sendo, uma maior agilização do processo de editoração de um periódico estaria também na solução destes problemas. Evidentemente cabe aos editores de cada revista todo o empenho neste ponto a fim de se alinharem com a pretendida agilização. A busca desta solução, sugere portanto, o próximo passo em uma discussão sobre o assunto. A ABEC será, sem dúvida, uma instância na qual poderá ser promovida tal iniciativa.

JE Cabral-Filho
Editor Executivo

O arquivo disponível sofreu correções conforme ERRATA publicada no Volume 5 Número 1 da revista.